

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO

1.1. O presente Termo de Referência se destina à aquisição de veículos com blindagem parcial para atender as necessidades da SEPM. A finalidade que se pretende alcançar com a contratação é adquirir viaturas operacionais para substituir às existentes na frota.

1.2. O objeto do presente certame se enquadra na classificação de objeto comum, de acordo com o Parágrafo Único do artigo 1º da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002.

1.3. A pretensa aquisição será processada por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, de acordo com a Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei nº 8.666/93.

1.4. A aquisição será processada por meio de registro de preço, conforme prescrição dos incisos II e III do art. 3º do Decreto Estadual nº 46.751/2019, uma vez que o Estado do Rio de Janeiro ainda se encontra em estado de contenção de despesas, havendo a obrigatoriedade do gestor público ter um olhar atento às questões orçamentárias e financeiras do Órgão. Portanto, as entregas se darão de forma parcelada, de acordo com a disponibilidade orçamentária da Pasta no momento da aquisição. Além disso, é conveniente a abertura de um Plano de Suprimentos com vistas a suprir eventuais Órgãos interessados em adquirir os bens especificados neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. No cumprimento das atribuições de polícia ostensiva que incumbem à Secretaria de Estado de Polícia Militar é imprescindível que a SEPM seja suprida não só de recursos humanos, mas também dos meios materiais necessários para fazer frente a essa demanda. Nessa linha, é indispensável que pensemos nas viaturas policiais haja vista as características da atividade policial que se sobressaem pela realização do policiamento ostensivo motorizado.

2.2. O uso contínuo das viaturas policiais pela SEPM ocasiona um desgaste excessivo nos veículos que compõem a sua frota. Com isso nasce a necessidade de troca permanente das viaturas operacionais que se tornam inseguras, obsoletas ou apresentam o custo de manutenção acima do valor venal.

2.3. A Comissão de Idealização da Frota Operacional da Corporação e Tempo de Vida Útil realizou um estudo em 2018 no qual previu a renovação periódica da frota a fim de dotar as OPM com as quantidades necessárias ao atendimento do PGP (Plano Geral de Policiamento). O PGP é um planejamento dinâmico e versátil no tempo a nível

operacional em virtude de demandas periódicas e permanentes e se destina a atender aos parâmetros básicos que norteiam a gestão de logística. No Relatório da Comissão de Idealização da Frota (Anexo I do ETP), concluiu-se que seria necessária a renovação anual de 1/3 da mesma, ou seja, 33% (trinta e três por cento) para manter a frota da SEPM em condições de uso satisfatório.

2.4. O último investimento em Rádio Patrulhas para a corporação se deu em 2022, onde a SEPM adquiriu 245 veículos do tipo SUV. Ocorre que, conforme dados apurados junto à PM/4, a frota atual da SEPM é composta por cerca de 2442 RPs, logo, tomando por base o resultado do estudo supra, a aquisição do ano de 2022 não supriu a demanda da SEPM na sua totalidade, mas somente propiciou a diminuição do déficit decorrente da exclusão das viaturas mais antigas, bem como a substituição daquelas que apresentaram problemas crônicos de manutenção, cujo custo inviabilizava a permanência na frota.

2.5. A SEPM vem comprando viaturas operacionais para suplementar a frota operacional, no entanto, embora o grande esforço, principalmente por razões orçamentárias, a previsão para o ano de 2022 é que se alcance a renovação de apenas 10% dos veículos do tipo Rádio Patrulhas existentes.

2.6. As RPs são uma importante ferramenta de fomento à ostensividade e auxílio na locomoção da tropa e na condução de detidos, uma vez que sua robustez permite a instalação de um compartimento de detidos.

2.7. Segundo dados obtidos junto ao Escritório de Gestão da Qualidade da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos - CAES (Anexos II e III do ETP) que quantificou as viaturas operacionais atingidas por PAFs, surgiu também a necessidade de implantação de blindagem parcial nas viaturas operacionais a serem adquiridas. O escopo da proteção balística levou em conta o resultado do sobredito estudo que apontou 25% dos impactos de projéteis no parabrisa das viaturas operacionais; 11% dos disparos no capô; 6% os disparos na porta dianteira direita e 5% dos disparos na porta dianteira esquerda.

3. OBJETO

3.1.ESPECIFICAÇÃO SUMÁRIA

ITEM	ID SIGA	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD SEPM	QTD SEDEC	TOTAL
1	173317	VEÍCULO UTILITÁRIO PADRÃO, TIPO SUV, MINIVAN OU MONOVOLUME, PARCIALMENTE BLINDADO	UN	370	12	382

3.2. Para fins de características e detalhamento dos objetos constantes no item anterior, prevalecerão as especificações técnicas contidas no Anexo I deste Termo de Referência.

3.3 PROTÓTIPO

3.3.1. Antes de iniciar a produção dos veículos adquiridos pela Contratante, a Contratada deverá apresentar um protótipo com a blindagem devidamente adaptada e com as transformações previstas neste Termo de Referência, no prazo de até 90 dias a contar da contratação.

3.3.2. O Protótipo deverá ser apresentado na Diretoria de Transporte (SEPM/DT).

3.3.3. A CONTRATADA deverá fornecer, no ato da apresentação do protótipo, os certificados de garantia que atestem a qualidade do mesmo.

3.3.4. O protótipo será contabilizado como um dos veículos a serem entregues.

3.3.5. Após a realização da vistoria no protótipo pela Comissão Fiscalizadora, a Contratada terá o prazo de até 15 dias para providenciar as correções e ajustes necessários, se houver.

3.3.6. No momento da inspeção, deverá também se fazer presente um representante da CONTRATADA, visando à garantia do produto acabado e seu respectivo pós-venda.

4. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1. PRAZO DE ENTREGA

4.1.1. A empresa Contratada deverá entregar o objeto conforme cronograma abaixo.

CRONOGRAMA DE ENTREGA		
PRAZOS	ETAPA	INÍCIO DO PRAZO
Até 90 dias corridos	Apresentação do protótipo	Após a assinatura do contrato
Até 5 dias corridos	Protótipo para teste e aceitação para a produção dos demais bens	Após o recebimento do protótipo
Até 15 dias corridos	Providenciar as correções e ajustes necessários	Após a apresentação do protótipo
Até 210 dias corridos	Entrega da quantidade adquirida	Após a aprovação do protótipo

4.2. LOCAIS DE ENTREGA

SEPM - Sede da Diretoria de Transportes da SEPM - Av. Salvador de Sá, 2 – Cidade Nova – Rio de Janeiro – RJ.

SEDEC - Almoxarifado Geral do CBMERJ - Avenida Bartolomeu de Gusmão, nº 850, São Cristóvão – RJ.

4.3. CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.3.1. A empresa CONTRATADA deverá realizar a entrega de **FORMA ÚNICA**.

4.3.2. Todos os custos referentes à entrega como impostos, taxas, pedágios, fretes e todas as demais despesas, serão de responsabilidade da empresa contratada.

4.3.3. A empresa deverá comunicar à SEPM e ao CBMERJ, com 72hs de antecedência, a data e o horário previsto para a entrega dos produtos, sendo na SEPM através do telefone (21) 2332-8510 e (21)2332-8513 ou e-mail: etp_dt@pmerj.rj.gov.br e no CBMERJ através do telefone (21) 2334-1982 e (21) 2334-1972 ou e-mail: rodrigolione@hotmail.com.

4.3.4. Os veículos entregues deverão estar emplacados no nome da Secretaria de Estado de Polícia Militar, CNPJ nº 32.690.668/0001-02, com endereço à Rua Evaristo da Veiga nº 78, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP nº 20031-040.

4.3.5. Compete à contratada o emplacamento, sem qualquer ônus adicional ao preço final ofertado, bem como o licenciamento junto ao DETRAN/RJ, ou seja, com a quitação dos tributos e encargos devidos, tais como taxa de licenciamento e seguro obrigatório – DPVAT. Nesta ocasião, deverão também ser entregues o CRLV e o CRV originais dos veículos, quando couber.

4.4. ENTREGA TÉCNICA

4.4.1. Após o recebimento provisório, a Contratada deverá realizar a entrega técnica do objeto em data a ser acordada com a Comissão de Fiscalização.

4.4.2. Os ensaios práticos serão realizados na Diretoria de Transporte (SEPM/DT).

4.4.3. A empresa deverá apresentar esclarecimentos acerca dos cuidados usuais e adicionais (manutenção preventiva diária, semanal e mensal), especialmente dos componentes e equipamentos mecânicos e eletrônicos que integram o conjunto do objeto.

4.4.4. A Contratada deverá fornecer no ato da entrega técnica os certificados de garantia que atestem a qualidade do objeto, descrevendo a abrangência da mesma.

5. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DO OBJETO

5.1. O recebimento do objeto estará condicionado à observância de suas especificações técnicas, cabendo à verificação aos representantes da Contratante.

5.2. Caso as especificações estejam fora dos padrões estabelecidos neste Termo de Referência, o objeto será rejeitado pela Comissão de Fiscalização da SEPM.

5.3. A qualidade será avaliada com base nas análises visual, mecânica e ferramental do objeto entregue, inclusive com a avaliação funcional das ferramentas agregadas ao mesmo.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1. Para fins de comprovação da capacidade técnica, deverão ser apresentados um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedidos por pessoas

jurídicas de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove ter cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado neste Termo de Referência.

6.2. O(s) atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) comprovar que o licitante já forneceu ao menos 30% (trinta por cento) do quantitativo total previsto para esta contratação.

6.3. Será admitido o somatório de atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica para alcançar o quantitativo previsto.

6.4. As exigências de qualificação técnica têm por objetivo verificar, pela análise de sua experiência pretérita, se o licitante possui condições técnicas-operacionais para executar a contento todo o objeto do certame, não só pelo volume considerável da pretensa aquisição, mas, sobretudo, pelo fato deste tipo de objeto está atrelado à segurança do Policial Militar quando no desempenho de sua atividade fim.

7. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO ÓRGÃO

7.1. A reserva orçamentária será definida em data oportuna, na forma do art. 10, § 2º do Decreto nº 46.751/2019.

8. CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo, obrigatoriamente por meio de crédito em conta corrente do Banco Bradesco S.A. Cabendo ressaltar, que o número da conta e a agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do Contrato.

8.2. No caso de a Contratada estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou, caso verificada pelo Contratante a impossibilidade de a Contratada, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela Contratada.

8.3. O pagamento será realizado à vista, conforme quantidade fornecida, e depois do recebimento definitivo do objeto.

8.4. Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer fatura por culpa da Contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

8.5. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível a Contratada, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em

prazo inferior ao estabelecido neste Termo serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

8.6. O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/16, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

9. GARANTIA

9.1. GARANTIA CONTRATUAL

9.1.1. Exigir-se-á da licitante vencedora, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da assinatura do Contrato, uma garantia a ser prestada em quaisquer modalidades previstas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, da ordem de 2% (dois por cento) do valor do Contrato a ser restituída após sua execução satisfatória.

9.1.2. A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

9.1.3. Caso o valor do Contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

9.1.4. Nos casos em que valores de multas venham a ser descontados da garantia, seu valor original deverá ser recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

9.1.5. Evidencia-se a importância dos Órgãos públicos exigirem garantias para a consecução dos seus contratos a fim de resguardar o erário público e garantir o cumprimento das obrigações pactuadas, além de assegurar à Administração eventual cobertura em razão da incidência de multas contratuais. Ademais, o percentual de 2% (dois por cento) de garantia contratual não promove, por si só, qualquer restrição à competitividade, mostrando-se plenamente razoável.

9.2. GARANTIA DO OBJETO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

9.2.1. A Garantia deve abranger qualquer defeito de fabricação do veículo ou adaptação, incluindo-se peças e serviços, em virtude de falha de funcionamento ou montagem ou, ainda, em decorrência de desgaste prematuro, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, pelos prazos mínimos abaixo estipulados, contados a partir da data de emissão do termo de recebimento definitivo do objeto, na seguinte conformidade:

9.2.1.1. Para peças aplicadas e serviços executados: 12 meses, sem limite de quilometragem;

9.2.1.2. Para o sistema de sinalização de emergência (sistema visual primário e secundário, sistema sonoro e módulo de controle): 24 (vinte e quatro) meses;

9.2.1.3. Para as adaptações do veículo constantes neste Memorial: 24 (vinte e quatro)

meses;

9.2.1.4. Para os grafismos: adesivos refletivos e não refletivos: 24 (vinte e quatro) meses para exposição vertical/externa e para exposição horizontal/externa;

9.2.1.5. Para a proteção balística: 05 (cinco) anos contra a de laminação dos vidros balísticos; 05 (cinco) anos para a proteção balística, incluindo mantas, chapas de aço, fixações, acabamentos, ruídos e outros problemas oriundos da instalação da proteção.

9.2.2. A CONTRATADA deverá fornecer no ato da entrega dos veículos os certificados de garantia que atestem a respectiva qualidade dos mesmos, descrevendo a abrangência de acordo com os subitens acima.

9.2.3. Para fins de garantia, considera-se desgaste prematuro a avaria de peça, equipamento ou conjunto, de forma antecipada, não prevista pelo Manual Técnico, considerando o tempo de uso e a quilometragem, sem descartar a comprovação técnica através de Laudo/Parecer, realizado por profissional especializado, cujo meio de apuração poderá ser feito de forma conjunta com a Polícia Militar, através dos procedimentos administrativos existentes e em vigor na Instituição

9.2.4. Para fins de garantia consideram-se adaptações todas as modificações realizadas pela Contratada, consistente na realização de serviços e/ou instalação de equipamentos e acessórios no veículo original da linha de montagem, com o objetivo de transformar o veículo em viatura policial, conforme descrito neste Termo de Referência.

9.2.5. A futura Contratada deverá emitir declaração informando que disponibilizará infraestrutura de suporte e assistência técnica durante o período de garantia em território nacional, como condição para assinatura do Contrato.

9.2.6. A assistência técnica devida aos veículos e respectivas adaptações são de responsabilidade exclusiva da Contratada, que deverá ser prestada em rede de concessionária própria da Contratada. Caso não haja essa possibilidade, a Contratada poderá se valer de rede conveniada, composta por oficinas especializadas, neste caso deverá ser seguido o padrão da montadora e não afetará a garantia ou ocasionará a sua perda.

9.2.7. A garantia de peças ou serviços efetuados nos veículos e respectivas adaptações não se encerram quando do final da garantia contratual, estendendo-se até o término da garantia original do serviço ou peça substituído.

9.2.8. Durante o período de garantia, a Contratada estará obrigada a sanar os problemas surgidos no veículo e respectivas adaptações, e restituir o veículo à unidade detentora, em condições de utilização, em até 30 (trinta) dias úteis, prorrogáveis uma única vez por igual período, mediante pedido fundamentado da Contratada, contados a partir da comunicação do problema à empresa indicada para a prestação do serviço.

9.2.9. Caso não seja possível a solução dos problemas verificados nas adaptações, a CONTRATADA deverá substituir o item defeituoso por outro em perfeitas condições e restituir o veículo à respectiva Unidade Policial detentora, dentro do prazo estipulado no

parágrafo anterior, a fim de que não haja prejuízo no desenvolvimento das atividades de policiamento.

9.2.10. O não cumprimento do prazo estipulado implicará em acréscimo ao prazo de garantia dos veículos pelo mesmo período que exceder o prazo previsto no item nº 9.2.8., sem prejuízo das sanções previstas em lei.

9.2.11. As três primeiras revisões previstas no manual do proprietário em razão da quilometragem ou tempo de uso e obrigatórias para preservação da garantia, terão os custos decorrentes da mão-de-obra e substituição de peças (por exemplo: óleo de motor, filtro de óleo, filtro de ar do motor, filtro de combustível, filtro de ar condicionado, etc.), suportados exclusivamente pela CONTRATADA, não cabendo quaisquer ônus à CONTRATANTE.

9.2.12. Tendo em vista o uso constante dos veículos, em razão das características de trânsito em baixos regimes de rotação do motor, paradas frequentes e longos períodos em marcha lenta, para a realização das revisões periódicas deverá ser considerado o previsto no manual do proprietário para condições em uso severo, se houver.

9.2.13. A garantia não se aplicará aos materiais e conjuntos danificados em decorrência de acidente, a não ser que tenha sido ocasionado por material defeituoso, cuja apuração será feita por meio dos procedimentos administrativos existentes e em vigor na Instituição.

9.2.14. A toda e qualquer constatação pela CONTRATADA da necessidade de correção técnica de componentes inadequados instalados de fábrica, que necessite de ajuste ou denominada *recall*, deverá a licitante vencedora emitir notificação contendo indicação das medidas necessárias para a regularização imediata do problema a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, a qual se responsabilizará pela emissão de circular às Unidade destinatárias dos veículos adquiridos.

9.2.15. A CONTRATADA deverá garantir o fornecimento e reposição de peças, materiais e equipamentos que compõem o veículo e suas adaptações, pelo período ininterrupto de 05 (cinco) anos, já incluso o período normal da garantia, contados a partir do recebimento definitivo dos veículos.

9.2.16. Quando houver necessidade de substituição de materiais defeituosos pela CONTRATADA, essa se compromete a utilizar peças e conjuntos de reparação genuínos, não se admitindo a reposição com produtos recuperados, sendo que a mão-de-obra também deverá correr por sua conta.

9.2.17. O veículo deverá ser conduzido até o concessionário mais próximo, por conta da CONTRATANTE, para o atendimento das garantias e revisões. O atendimento será realizado em concessionárias localizadas no Estado do Rio de Janeiro, não sendo obrigatório possuir concessionárias em todas as cidades que compõem o Estado.

10. PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

10.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Contratante, especialmente designado(s) pela autoridade competente, conforme ato de nomeação público em Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

10.2. Os procedimentos pormenorizados de gestão e fiscalização serão públicos em DOERJ através de Resoluções da Secretária de Estado de Polícia Militar quando da nomeação dos Fiscais e Gestores, e seguirão os ditames do Decreto nº 45.600/2016.

10.3. A Comissão de Fiscalização deverá atestar a nota fiscal de entrega do objeto para fins de pagamento, desde que comprovada a fiel e correta entrega do mesmo.

10.4. A presença da fiscalização da SEPM não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.

10.5. O objeto será recebido provisoriamente em até 5 (cinco) dias após parecer circunstanciado da Comissão de Fiscalização, para efeito de verificação da conformidade do material com as especificações constantes neste Termo de Referência, emitindo, ao término do recebimento, o Termo de Recebimento Provisório.

10.6. O objeto será recebido definitivamente pelo Gestor do Contrato em até 10 (dez) dias corridos contados a partir do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos bens e consequente aceitação, emitindo, ao término do recebimento, o Termo de Recebimento Definitivo.

10.7. À Comissão de Fiscalização indicada pela SEPM será reservado o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os objetos que forem entregues, se considerado em desacordo ou insuficiente com a descrição presente neste Termo de Referência, seus anexos e na proposta da licitante vencedora, devendo ser substituídos na metade do prazo estipulado no item 4.1. do presente Termo e às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

11.2. Permitir o acesso dos empregados da Contratada às dependências da unidade quando da entrega dos produtos.

11.3. Efetuar o pagamento à Contratada, desde que verificada a adequação dos bens fornecidos às especificações constantes neste Termo de Referência.

11.4. Convocar o representante da Contratada para esclarecimentos e negociações visando os interesses das partes, quando necessário for.

11.5. Aplicar as sanções previstas na legislação vigente e descritas no edital do certame nos casos de não cumprimento de alguma exigência do Contrato, mesmo que haja correção de eventuais irregularidades.

11.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o definido no Contrato, neste Termo de Referência e sua proposta.

11.7. Fiscalizar a execução do Contrato por meio da Comissão de Fiscalização, observando o fiel cumprimento das exigências constantes neste Termo de Referência e no Contrato, o que não exclui nem diminui a responsabilidade da Contratada, anotando em registro próprio todas as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.8. Comunicar à Contratada, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidades verificadas na execução do Contrato, concedendo-lhe prazo para que as regularize, sob pena de serem-lhe aplicadas sanções legais e contratualmente previstas.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Entregar o objeto no local determinado e de acordo com o prazo estabelecido neste Termo de Referência, contados a partir do recebimento da nota de empenho.

12.2. Fornecer toda documentação fiscal e técnica com a entrega dos materiais.

12.3. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do objeto adjudicado, inclusive fretes, seguros e descarregamento dos materiais, desde a origem até sua entrega no local de destino.

12.4. Comunicar ao Fiscal do Contrato, por escrito e tão logo constatado, qualquer problema ou impossibilidade de execução de obrigação contratual, para fins de adoção das providências cabíveis.

12.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, o bem objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes.

12.6. Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à Contratante ou terceiros.

12.7. Manter durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.8. Convocar a Contratante, sem custos, para eventuais programas de *Recall* referentes ao objeto do futuro Contrato.

12.9. Manter programa de integridade, nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes,

consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

12.10. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

13. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E CRITÉRIOS DE PREÇOS

13.1. O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**.

13.2. O valor máximo aceitável para o objeto deste Termo será definido no Edital do certame.

14. AMOSTRAS

14.1. Devido às características constitutivas do objeto não serão exigidas amostras, as quais deverão ser substituídas pela apresentação de folder ou quaisquer outros documentos que demonstrem de forma clara e precisa todas as características concernentes ao objeto ora licitado.

14.2. O prazo de entrega será de até 3 (três) dias úteis a partir da solicitação do Pregoeiro.

14.3. Os folders deverão ser encaminhados ao Pregoeiro, na Rua Evaristo da Veiga, nº 78, Centro – Rio de Janeiro – RJ – Diretoria de Licitações e Projetos - Seção de Pregão, Tel.: (021) 2333-2665, email: pregoes_dlp@pmerj.rj.gov.br.

14.4. Os folders serão analisados por representantes da Diretoria de Transporte (SEPM/DT), que emitirão laudo motivado acerca do produto apresentado.

14.5. A proposta do licitante será desclassificada no caso de reprovação, devendo o licitante, neste caso, ser notificado para ciência do laudo.

14.6. A desclassificação da proposta na forma prevista no subitem anterior acarretará o consequente chamamento do segundo colocado.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

15.1. Fica a licitante e/ou a contratada sujeitas às sanções administrativas e demais penalidades fixadas no Edital do certame e no Contrato, na forma dos artigos 86 e 87 do Decreto n.º 3.149, de 28 de Abril de 1980, dos artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 e do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

16. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

16.1. Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

16.2. A participação em consórcio interessa ao adquirente/contratante quando a solução proposta é complexa, configurando uma solução a ser construída em que as partes que a compõem são fornecidas por diferentes atores do mercado e estas representam porções representativas do todo, necessitando ser recebidas de modo integrado e simultâneo.

16.3. No caso em comento, o item que se pretende adquirir é considerado comum de mercado, razão pela qual a participação de empresas reunidas em consórcio não agregará benefícios, na mesma medida em que sua admissão poderá causar danos à Administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

17. REAJUSTES

17.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses do art. 65, II, d, da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente comprovadas.

18. CESSÃO, SUBCONTRATAÇÃO OU TRANSFERÊNCIA

18.1. O Contrato não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte.

19. SUSTENTABILIDADE

19.1. No que couber, a Contratada deverá atender aos critérios de sustentabilidade ambiental previsto no art. 2º do Decreto Estadual nº 43.629/2012, que estabelece a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

19.2. A comprovação do atendimento ao dispositivo acima poderá ser feita mediante a apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial, instituição credenciada, declaração da própria Contratada ou qualquer outro meio de prova que ateste tal cumprimento.

20. PARCELAMENTO DO OBJETO

20.1. Quanto ao não parcelamento do objeto, conforme muito bem observado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda no Estudo Técnico Preliminar, a compra por itens (viaturas + blindagem + adaptações + caracterização) exigiria um esforço muito grande da SEPM na área de logística para a guarda das viaturas quando saíssem da fábrica, já que a coordenação das etapas de caracterização e adaptação ficaria por conta da própria SEPM.

20.2. Além disso, os custos do deslocamento até todas as empresas responsáveis pela caracterização, blindagem e adaptação, caberiam à SEPM.

20.3. Somasse a isso, a possibilidade de perda de garantia, já que a caracterização requer a modificação do sistema elétrico e a furação da carroceria. Vale ressaltar que esses serviços de adaptação, grafismo, sinalização e instalação de rádio comunicador são basicamente interligados.

20.4. Especificamente quanto à blindagem, as montadoras recomendam a proteção balística nas empresas blindadoras por elas certificadas e o não atendimento acarreta em perda de garantia.

20.5. Portanto, a solução mais adequada se enquadra na aquisição de viaturas tipo SUV, Minivan ou Monovolume já caracterizadas, blindadas parcialmente, adaptadas e customizadas, ou seja, em plenas condições de pronto emprego policial (blindagem, grafismo, sinalização visual, sonora e sistema de radiocomunicação).

21. GESTOR E FISCAIS DE CONTRATO

21.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por Representantes do CONTRATANTE especialmente designado(s), conforme ato de nomeação que será público em DOERJ através de Resolução do Secretário.

22. CONDIÇÕES GERAIS

22.1. Quaisquer dúvidas relacionadas às condições estabelecidas neste Termo de Referência poderão ser esclarecidas junto à DIRETORIA DE LICITAÇÕES E PROJETOS (DLP), localizada a Rua Evaristo da Veiga, nº. 78 (térreo), Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-040. e-mail: diretor_dlp@pmerj.rj.gov.br e Tel.: (21) 2333-2693.

22.2. Será admitida no certame a participação de fabricantes de veículos, de concessionárias formalmente credenciadas pelos fabricantes e de revendedoras que não possuam autorização do fabricante de veículos. Nesse último caso, a revendedora não autorizada pelo fabricante poderá registrar, licenciar e emplacar os veículos em seu nome e, em seguida, providenciar a transferência dos mesmos para a SEPM, mantendo-se as características de zero km, ou seja, sem que tenham sido usados/rodados.

22.3. A fabricante interessada em participar do certame deverá apresentar proposta de acordo com a Lei nº 9.493/1997, a Instrução Normativa SRF nº 112/2001 e o Decreto nº 7.212/2010, no que tange a isenção de imposto sobre produtos industrializados (IPI) para a aquisição pelos órgãos de Segurança Pública de veículos para patrulhamento policial, bem como de acordo com a Lei nº 8.058/90 para o Corpo de Bombeiros.

23. ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS DO OBJETO

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO III – MAPA DE RISCO

Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2022.

Bruna de Souza Rodrigues Mateus

Bruna de Souza Rodrigues Mateus
CB PM RG 96.424
ID FUNC. 5005564-0
Responsável pela elaboração do Termo de Referência.

ANEXO I
ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS

ESPECIFICAÇÕES-VEÍCULO TIPO SUV OU MINI VAN OU MONOVOLUME

Características gerais

Veículo zero km, ano e modelo correspondente à data de emissão da nota fiscal ou superior da linha de produção comercial;

04 (quatro) portas laterais. Será vedado o fornecimento de modelos dotados de portas decorrer;

Combustível: Gasolina ou Flex (Gasolina/Álcool); Potência líquida: maior que 100 CV;

Caixa de marchas: mecânica ou automática, mínimo de 05 (cinco) à frente e uma a ré;

Distância entre eixos: 2.570 a 2.675 mm;

Comprimento total: 4.190 a 4.460 mm;

Largura total: 1.730 a 1.955 mm (com ou sem os retrovisores);

Tanque de combustível: 40 a 63 litros;

Peso: 1.100 a 1.470 kg;

Porta malas: 380 a 710 Litros;

Direção elétrica ou hidráulica;

Vidros elétricos;

Ar-condicionado original de fábrica;

Capacidade para cinco passageiros;

Sistema Air Bag, no mínimo Duplo;

Rodas: em aço ou de liga leve, originais de fábrica. Se as rodas forem em aço, deverão vir pintadas na cor grafite ou preta;

Bateria: mínimo 50 amperes, 12 V, compatível com o aumento de consumo de energia estimado de 3A;

Deverá providenciar bateria complementar de, no mínimo, 50 amperes, 12 V, para os acessórios implementados;

Alternador e cabeamento compatíveis com as adaptações elétricas instaladas nos veículos, proporcional ao aumento de carga/consumo;

Tomada adicional de 12 volts, tipo acendedor de cigarros, com tampa e indicação de voltagem, com ligação direta e protegida com fusível, instalada no painel ou instalada no console central;

Chave geral exclusiva à adaptação elétrica instalada no interior do veículo, preferencialmente no lado esquerdo do painel, com indicação luminosa de acionamento;

Materiais e equipamentos da adaptação do tipo não propagadores de chamas, com circuitos elétricos distribuídos por sessões em caixa Box e protegidos com fusíveis;

Portas: Forradas em material lavável original de fábrica. Será vedado o fornecimento de modelos dotados de portas de correr;

Protetores de motor, câmbio e tanque de combustível: confeccionados em chapa metálica com espessura não inferior a 2 mm; instalados com arruelas de pressão, sem danos à estrutura do veículo e visando proteger toda a extensão desses componentes mecânicos;

Revestimento dos bancos a ser aplicado sobre os bancos originais de fábrica, confeccionado em couro, vinil/courvin ou couro sintético, cor preto ou cinza, flexível e impermeável, que facilite a limpeza, dotado de pontos de resistência nas laterais dos encostos e dos assentos, onde o armamento portado pelos policiais mantém contato com o banco, para assim protegê-los e não haver necessidade de troca ou manutenção;

No caso dos veículos possuírem air bag lateral, a capa do banco não deve comprometer a segurança dos veículos;

Piso revestido em material vinil (PVC) resistente, não absorvente e lavável, na cor preta ou cinza;

Equipamentos e acessórios de fábrica (pneu/aro estepe, triângulo, chave de roda, cintos de segurança e extintor de incêndio);

Conjunto sinalizador acústico visual, conforme especificação contida neste Termo de Referência;

Rádio transceptor móvel, conforme especificação contida neste Termo;

Vidro traseiro com desembaçador térmico;

Bancos dianteiros individuais com regulagem de distância e inclinação do encosto, com apoio para cabeça ajustáveis em altura;

Veículo equipado com todos os equipamentos de série não especificados, mas exigidos pelo CONTRAN.

Customização

Tapetes de borracha antiderrapante, no compartimento de motorista e passageiro na cor preta;

Inserir barra de proteção dos vidros traseiros, caso os mesmos não realizem a abertura total.

Revestimento dos bancos em couro, vinil/courvin ou couro sintético automotivo no tom preto ou cinza e reforços na região lombar;

Sinalizador visual principal - constituído por barra sinalizadora em formato ELÍPTICO, RETANGULAR, ASA, BARRA, PRISMA ou similar, com bases incolores ou em plástico preto de alta resistência, tampa(s) superior(es) na cor VERMELHO RUBI, caracterizando o conjunto de sinalização de emergência, injetados em policarbonato resistente a impactos e descoloração com tratamento "UV", com guarnição em perfil de borracha, extrudado para evitar a entrada de pó e água, reforço da base em alumínio extrudado de alta resistência mecânica, com comprimento mínimo de 1000 mm e máximo que não ultrapasse a largura do teto do veículo, largura mínima de 300 mm e máxima de 500 mm, altura mínima de 55 mm e máxima de 100 mm;

O sinalizador deverá ser composto por no mínimo 80 Led's de, no mínimo, 3W de potência cada, com módulo ótico sólido de refração ou lenticolimadora injetado em plástico de engenharia contendo mínimo 4 Led's VERMELHO RUBI em cada módulo, totalmente protegido contra intempéries, distribuídos equitativamente por toda a barra sinalizadora de forma que permita total visualização em um ângulo de 360°, sem que haja pontos cegos de luminosidade;

O sinalizador deverá possuir faróis de beco, um em cada lateral simétrica do sinalizador com no mínimo 03 Led's CRISTAL cada, além de possuir também dois módulos centrais como faróis de abordagem com no mínimo 03 Led's CRISTAL cada, com interruptores próprios no módulo de controle;

O sinalizador visual deve ser comandado por módulo de controle único, dotado de microprocessador que permite a geração de lampejos luminosos de 25ms a 2s. O circuito eletrônico deve garantir a corrente elétrica aplicada nos Led's devendo assim garantir a intensidade luminosa dos Led's, mesmo que o veículo esteja desligado ou em baixa rotação, garantindo a eficiência luminosa e a vida útil dos Led's. Deve possuir capacidade de aumento, em situação de emergência;

Cada Led deverá obedecer no mínimo às especificações abaixo descritas:

Cor predominante: VERMELHO RUBI, com comprimento de onda de 460 nm a 490 nm; intensidade luminosa de cada Led de 25 Lumens típico; categoria do LED: InGaN;

Cor predominante: CRISTAL, com temperatura de cor de 6000°K típico; intensidade luminosa de cada Led Cristal de 125 Lumens típico; categoria do Led: InGaN e;

Os Led's deverão possuir garantia mínima de 05 (cinco) anos;

O módulo de controle do sinalizador visual e acústico deverá permitir o funcionamento independente de ambos os sistemas. Os comandos deverão ser de alta resistência e de fácil acionamento do operador, bem como possuir iluminação das teclas para facilitar visualização noturna. As teclas devem ser em silicone, em alto-relevo e com identificações claras para a visualização por parte do operador;

Deve possuir sistema de gerenciamento de carga automático, gerenciando a carga da bateria quando o veículo estiver com o motor desligado, desligando o sinalizador se necessário, evitando assim o descarregamento excessivo da bateria e possíveis falhas no acionamento do motor;

Deve possuir também proteção contra inversão de polaridade e altas variações de tensão e transientes, devendo se desligar, preventivamente, quando a tensão exceder valores não propícios ao seu funcionamento, evitando uma possível queima, o que geraria custos adicionais caso o sistema não seja dotado destas proteções;

O módulo de controle ainda deverá permitir sua instalação, em conjunto com módulo de potência, no local destinado ao rádio AM/FM ou em separado, facilitando assim a instalação em veículos com pouco espaço ou que não permitam a retirada do rádio AM/FM ou multimídia;

A fixação do sinalizador no teto do veículo deverá ser feita por meio de suportes ajustáveis e apoios de borracha quando aplicado diretamente no teto do veículo;

Todo o sistema elétrico adaptado, incluindo sinalizadores, sirene, drive de sirene, e chicotes elétricos deverão possuir garantia total de, no mínimo, 24 meses;

Laudo emitido por entidade ACREDITADA, que comprove que o sinalizador luminoso a ser fornecido atende as normas SAE J575, SAE J595 (Rev. JAN 2005) e SAE 845 para visibilidade de 360°, da SAE – *Society of Automotive Engineers*, no que se refere aos ensaios contra vibração, umidade, poeira, corrosão, deformação, fotometria classe 1, e de jato de água (*Moisturetest*);

Sistema de sinalização auxiliar - Deverá ser fornecido sistema composto por 4 módulos de Led de alta potência luminosa, sendo 2 instaladas na frente do veículo entre os faróis e outros 2 instalados na tampa traseira, todos com Led's de no mínimo 3 W de potência cada, com módulo óptico sólido de refração injetado em plástico de engenharia contendo mínimo 3 Led's VERMELHO RUBI, em cada módulo, totalmente protegido contra intempéries;

Para luzes auxiliares também deverá apresentar Laudo emitido por entidade ACREDITADA, que comprove que o sinalizador luminoso a ser fornecido atende as normas SAE J575 e SAE J595 (Rev. JAN 2005), da SAE – *Society of Automotive Engineers*, no que se refere aos ensaios contra vibração, umidade, poeira, corrosão, deformação, fotometria classe 1, e de jato de água (*Moisturetest*);

Sirene eletrônica composta de 01 (um) amplificador de 100 watts de potência e unidade sonofletora única, com no mínimo 06 (seis) tipos de sons, com drive instalado na parte interna do sinalizador, com corneta única, gerando pressão sonora não inferior a 120 dB à 01 (um) metro de distância;

Módulo de controle instalado no painel do veículo, que permita controlar todo o sistema de sinalização (acústico e visual), dotado de microcontrolador, que permite a geração de lampejos luminosos (Geração de efeitos luminosos que caracterizem o veículo parado,

em deslocamento, em patrulhamento e em emergência), os módulos devem possuir circuito eletrônico que gerencie a corrente aplicada nos led's, garantindo maior eficiência luminosa e vida útil dos led's. O sinalizador deverá ter consumo máximo de energia com todo o sistema luminoso acionado de no Máximo 13 Ah. Os LED'S deverão possuir garantia mínima de 05 (cinco) anos;

Sistema de megafone com potência de no mínimo 30 W RMS com resposta de frequência de 300 a 3000 Hz e entrada para interligação auxiliar de áudio com o rádio transceptor.

Especificações Técnicas Terminais Móveis

Fornecimento e instalação do transceptor móvel (Tetra), conforme o padrão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e constante neste Termo de Referência.

Grafismo

Pintura a base Poliéster nas seguintes cores: Azul Pantone 300C; Prata Pantone 844 C; e Branco original do veículo.

Adesivação

Número de Ordem (lateral e porta-malas): Corte eletrônico vinil branco; Altura da Fonte: 0,10 metro; Comprimento: 0,40 metro.

Número de Ordem (teto): Corte eletrônico vinil branco; Altura da Fonte: 0,20 metro; Comprimento: 0,80 metro.

“190” (laterais): Corte eletrônico vinil preto; Altura da Fonte: 0,10 metro; Comprimento: 0,25 metro.

“POLÍCIA” (portas): Corte eletrônico vinil preto; Altura da Fonte: 0,15 metro; Comprimento: 0,80 metro.

“POLÍCIA” invertido (capô): Corte eletrônico vinil branco; Altura da Fonte: 0,10 metro; Comprimento: 0,60 metro.

“SEPM” (porta-malas): Corte eletrônico vinil preto; Altura da Fonte: 0,10 metro; Comprimento: 0,25 metro.

OPM (porta-malas): Corte eletrônico vinil preto; Altura da Fonte: 0,10 metro; Comprimento: 0,30 metro.

BRASÃO PMERJ (portas): Impressão digital base solvente sobre vinil adesivo branco; Altura: 0,35 metro; Largura: 0,30 metro.

BRASÃO PMERJ (capô): Impressão digital base solvente sobre vinil adesivo branco; Altura: 0,30 metro; Largura: 0,25 metro.

Compartimento traseiro/cela

Compartimento

O compartimento traseiro do veículo deverá ser adaptado visando à condução eventual de infratores da lei, consoante a Resolução nº 626/16 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, especificamente em relação a possuir ventilação eficiente na divisória de proteção e presença de luminosidade no compartimento de detidos; A adaptação deverá integrar-se perfeitamente ao veículo, de forma que não existam pontos que possam causar lesões aos ocupantes ou gerar vibrações e ruídos, bem como possibilidades de que os infratores da lei tenham acesso a qualquer equipamento, peças ou componentes existentes nesse compartimento.

O espaço originalmente destinado aos ocupantes do banco traseiro deverá ser mantido inalterado e o compartimento de detidos deverá ocupar o maior espaço possível do originalmente disponível ao compartimento de bagagens.

Deverão ser providenciadas proteções de policarbonato para todos os vidros que compõem a estrutura do referido compartimento.

Reforço da fechadura

O sistema de abertura da porta do compartimento traseiro deverá receber a proteção necessária a fim de evitar o acesso ao sistema de abertura ou sua violação e o mecanismo interno deverá ser isolado (do tipo blindado), não permitindo a abertura por qualquer tipo de objeto. A fechadura não deverá possuir sistema de abertura interno, do tipo trava antissequestro.

Divisória de proteção

Peça confeccionada em ABS (*acrilonitrila butadieno estireno*) e policarbonato, ou similar, a ser instalada transversalmente atrás do banco traseiro, com a finalidade de isolar os ocupantes do compartimento traseiro dos demais ocupantes do veículo sem, contudo, diminuir o campo de visão do motorista quando utilizar o espelho retrovisor. Será formada por uma parte opaca (inferior), confeccionada em chapa de ABS (*acrilonitrila butadieno estireno*) ou similar, com espessura não inferior a 3,5 mm, da base do compartimento traseiro até o alinhamento superior do banco, integrando-se a parte superior transparente, confeccionada em chapa de policarbonato com espessura não inferior a 3,5 mm, que se prolongará do alinhamento superior do banco até o teto;

A divisória deverá ser dotada de perfil metálico em toda a sua extremidade, por meio do qual será feita a fixação na carroceria do veículo, bem como de sistema que permita adequada circulação de ar no interior do veículo, inclusive do ar condicionado, caso o veículo possua sistema de saída de ar através de console no teto.

Revestimento

Peça confeccionada em ABS (*acrilonitrila butadieno estireno*) ou similar, com espessura não inferior a 3,5 mm, a ser moldada e aplicada em toda a extensão da base do compartimento traseiro, prolongando-se nas laterais até o alinhamento dos vidros e integrando-se à parte inferior da divisória, deve possuir, no mínimo, 2 pontos de

drenagem (com tampa) que permitam o escoamento total de líquidos utilizados para a limpeza do compartimento, devidamente canalizados de forma que os líquidos não caiam sobre qualquer parte, peça ou componente do veículo, incluindo-se os pneus do eixo traseiro e o estepe, caso o mesmo seja localizado sob o assoalho, vedado a utilização de dreno para instalações residenciais e comerciais;

Caso o estepe original seja alojado dentro do compartimento do porta-malas, a Contratada deverá realizar as adequações necessárias a fim de não comprometer a acessibilidade.

BLINDAGEM/PROTEÇÃO BALÍSTICA

A presente especificação visa detalhar as características técnicas e construtivas para a aplicação da blindagem, que deverá ser executada da seguinte forma:

Proteção balística nível III – A:

- (i) no Para-brisa dianteiro;
- (ii) nas Colunas "A";
- (iii) nas Portas dianteiras (sem os vidros), inclusive área de fixação dos retrovisores das viaturas; e
- (iv) Painel Corta fogo em sua totalidade.

Dos normativos a serem observados pelas empresas blindadoras

Os serviços prestados devem atender a todos os normativos legais existentes, em especial os abaixo relacionados:

- ABNT NBR 15000 Blindagens para impactos balísticos - Classificação e critérios de avaliação (Associação Brasileira de Normas Técnicas);
- ABNT NBR 16218 Vidros de segurança resistentes a impactos balísticos para veículos rodoviários blindados — Aspectos visuais e ópticos — Requisitos e métodos de ensaio;
- ABNT NBR 9497 Vidros de segurança — Método de ensaio para determinação da imagem secundária;
- ABNT NBR 9503 Vidros de segurança — Método de ensaio para determinação da transmissão luminosa;
- ABNT NBR 9504 Vidros de segurança — Método de ensaio para determinação da distorção óptica; ABNT NBR 9491 Vidros de segurança para veículos rodoviários;
- Decreto nº 3.665 de 20 de novembro de 2000;
- R105 - Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados - EB (Exército Brasileiro);
- Portaria nº 94 - COLOG – EB;

- Portaria COLOG nº 55 – EB;
- Portaria COLOG nº 56 – EB.

Do atendimento à legislação

- Após a assinatura do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, a Contratada deverá apresentar a(s) empresa(s) responsável pela blindagem, o cronograma de aplicação de blindagens, bem como o Certificado de Registro (CR) da(s) empresa(s) responsável(s);
- A empresa responsável pela aplicação da blindagem deverá designar um ENGENHEIRO MECÂNICO com registro válido e ativo no CREA como responsável técnico pela execução do serviço;
- A empresa aplicadora deverá possuir o Certificado de Registro (CR), Título de Registro (TR) das empresas fabricantes dos componentes, bem como apresentar os Relatórios Técnicos Experimentais – RETEX do material a ser empregado, devendo todos esses documentos ser emitidos pelo Exército Brasileiro e estar dentro de suas respectivas datas de validade;
- O CR e os TRs deverão estar válidos até o recebimento definitivo do serviço;
- O endereço presente no CR deve ser o mesmo onde serão realizados os serviços de blindagem;
- A empresa deverá OBRIGATORIAMENTE ter os seus processos certificados pelo Sistema de Qualidade ISO 9001/2015, de forma a assegurar a qualidade da proteção balística, garantindo a segurança quanto à correta aplicação dos materiais, refletindo, assim, em segurança para com os ocupantes do veículo;
- Cabe à CONTRATADA a atuação junto ao Exército Brasileiro para emissão dos documentos e da autorização pertinentes.

Aspectos construtivos

- As blindagens opacas serão constituídas de chapas de aço ou de mantas de aramida;
- Os equipamentos e materiais deverão ser devidamente adequados para finalidade específica de proteção balística, de acordo com as normas pertinentes ao serviço e legislação vigente;
- Nas regiões onde as placas possuem menor área, deverão ser empregadas peças metálicas conformadas a frio em aço inox, uma vez que mesmo com menor área as peças metálicas possuem boa absorção de energia, podendo haver uso de tecnologia comprovadamente mais eficiente e mais barata;
- Todas as furações feitas na carroceria, quando necessárias, deverão receber tratamento anti-oxidação apropriado;
- Os produtos aplicados devem estar dentro do prazo de validade e este deve perdurar, no mínimo, até o fim da garantia especificada neste documento;

- As chapas de aço aplicadas no veículo devem possuir a mesma espessura e possuir a mesma especificação;
- As mantas de aramida utilizadas devem possuir o mesmo número de camadas e a mesma especificação para todo o veículo;
- Não devem ser realizadas alterações na suspensão do veículo na tentativa de corrigir reduções na altura da viatura em função do aumento de peso da proteção balística.

Blindagem opaca de chapa de aço

- As chapas de aço utilizadas deverão ser obrigatoriamente de AÇO INOX 304 L com 2,5 mm DE ESPESSURA;
- Os fixadores empregados na blindagem devem possuir tratamento superficial contra corrosão e possuir classe de resistência 12.9;
- Os rebites utilizados na fixação devem ser do tipo com rosca;
- O aço não deve ser colado na estrutura do veículo, exceto onde não seja possível a sua fixação;
- Deve ser aplicado material antiruído entre a carroceria e a chapa de aço balística, para evitar incidência de rangidos;
- Os quadros da carroceria onde são instalados os VIDROS FIXOS devem possuir *overlap* em aço em toda a sua extensão, com sobreposição mínima de 15 mm sobre o pacote balístico do vidro;
- Todas as rebarbas das chapas de aço aplicadas devem ser desbastadas e receber acabamento em fita feltro auto-colante;
- As quinas vivas devem ser arredondadas, aplicando-se também aos *overlaps* aplicados na carroceria;
- A parte traseira de todas as chapas metálicas deve receber um acabamento apropriado (carpete, EVA, etc.) em toda a sua extensão, objetivando a redução de ruído;

Blindagem opaca de manta de aramida

- As mantas de aramida deverão ser obrigatoriamente compactadas e de no mínimo 9 camadas, com flexibilidade tal que permita o perfeito encaixe na carroceria;
- Devem possuir proteção contra umidade na face aparente e em suas bordas, devendo estar de neoprene ou outro polímero que atenda a mesma finalidade;
- As mantas devem manter seu nível de proteção, mesmo depois de submetidas à câmara de condicionamento à umidade conforme Norma NBR 15000;
- As mantas balísticas devem ser afixadas nos painéis do carro de tal forma que o projétil, na hipótese de atingir o veículo, atravesse primeiro a chapa metálica, atingindo

em seguida a manta balística, devendo a face interna da manta estar livre de forma a permitir sua expansão/deformação e consequente absorção de energia, não sendo admitida a hipótese contrária (manta x aço);

- A sobreposição, quando da emenda de um painel de manta de aramida sobre outro painel, deve ser de no mínimo 100 mm;
- Quando da junção entre painéis de manta de aramida com chapas de aço balístico, a sobreposição mínima da manta deve ser de 50 mm;
- A fixação das mantas de aramida à carroceria do veículo deve ser feita com material adesivo específico e apropriado à blindagem, sendo suas características mínimas descritas abaixo:
 - Material Base Poliuretano mono componente;
 - Tensão de Tração ~5,5Mpa;
 - Alongamento Mínimo 380%;
- As colas aplicadas não devem possuir odores fortes, não sendo admitida após a sua cura a existência de odores relativos a cola no interior do veículo, mesmo que o veículo permaneça ao sol durante várias horas;
- Não é permitida a fixação das mantas de aramida com elementos metálicos (ex: rebites ou parafusos), de forma a evitar que em caso de impacto os fixadores se transformem em projéteis secundários;
- Quando a aplicação da blindagem se sobrepuser a módulos eletrônicos, ou locais da existência de sistemas e mecanismos passíveis de manutenção, deve ser confeccionada janela de inspeção de mesmo material, de forma a permitir o acesso aos sistemas, devendo ser observada a sobreposição mínima de 100 mm entre mantas e de 50 entre manta e aço.

Blindagem transparente

- Os vidros instalados devem ser laminados e atender às normas técnicas estabelecidas pelos Órgãos competentes;
- Atender ao disposto na NBR 16218 ABNT, em especial em relação ao índice mínimo de transmissão luminosa e aos valores máximos de distorção ótica, separação de imagem secundária e resistência à abrasão;
- Além das inspeções de fábrica, os vidros a serem aplicados devem passar obrigatoriamente por pré-inspeção visual no local de aplicação da blindagem, de forma a detectar qualquer irregularidade antes de sua instalação;
- No vidro blindado do para-brisa, na região do *offset* inferior (sorriso), deve ser aplicado reforço em chapa de aço;
- Os vidros balísticos devem possuir máscara serigráfica na cor preta no estilo

original dos vidros, obstruindo a visão do *overlap* da carroceria;

Nos vidros fixos que recebem cola para sua fixação à carroceria, o pacote balístico deve receber fita de proteção de forma a evitar que a cola utilizada contamine as lâminas do vidro, comprometendo sua transparência e durabilidade;

- A face interna dos vidros balísticos deve ser de policarbonato, não sendo admitida a aplicação de películas anti-vandalismo em sua substituição;

- Todos vidros devem possuir gravação indelével contendo o número de série e a marca do fabricante;

- A fixação dos vidros fixos à carroceria deve ser feita com cola apropriada para vidros automotivos, devendo esta apresentar no mínimo as seguintes características:

- Material Base Polímero de Silano modificado;

- Tensão de Tração ~2,4Mpa;

- Alongamento mínimo de 250% 4.4.11;

- As colas aplicadas não devem possuir odores fortes;

- Não será admitida a existência de odores relativos à cola no interior do veículo após a sua cura;

- Tal exigência deve permanecer válida mesmo que o veículo permaneça no sol durante várias horas;

Painel corta fogo

A blindagem deve ser realizada na totalidade do painel, sendo que nos orifícios de passagem de cabos e tubulações devem ser aplicados reforços para impedir a entrada de projéteis;

A proteção deve estender-se da borda inferior do Para-brisa, abrangendo toda a seção vertical do painel, indo de encontro ao assoalho do veículo;

Atenção especial deve ser dada a veículos que possuem túnel no assoalho, de forma a obter efetiva proteção;

Os reforços devem ser confeccionados observando-se a sobreposição mínima de 100 mm entre mantas e de 50 entre manta e aço;

A manta de aramida deve ser aplicada na face interna do painel corta fogo (interior do veículo);

O curso do sistema dos pedais do veículo não deve ser prejudicado ou alterado.

Colunas "A"

Deve ser feita inteiramente em chapa de aço conformada de acordo com a carroceria do veículo;

O aço nessa região não deve ser colado.

Espelho retrovisor

O espelho retrovisor interno deverá ser fixado por meio de suporte apropriado através de uma peça de aço inox, sendo que uma extremidade será fixada na barra frontal do teto com rebite de rosca interna e parafuso, e a outra, com uma fita dupla face em contato com a face interna do vidro para-brisa;

Outras formas de fixação do espelho retrovisor que podem refletir em delaminação do vidro e/ou diminuição do poder de proteção (ex: ventosas, parafusos ou produtos químicos), não serão aceitas;

Para-brisas

O para-brisa deverá suportar todos os impactos resultantes da proteção nível III-A, sem soltar-se de sua fixação.

Portas dianteiras

A blindagem das folhas das portas deve ser feita com mantas de aramida. Deve ser utilizada a menor quantidade de peças possível, não devendo o número de peças ser superior a três em cada porta;

A sobreposição entre as peças de manta deve ser igual ou superior a 100 mm;

A região do espelho retrovisor externo, da pestana e da maçaneta devem receber blindagem em chapas de aço. O aço deverá ser colado com adesivo à base de silano modificado, com as mesmas características do adesivo utilizado para fixação dos vidros;

As blindagens aplicadas na região das maçanetas devem receber reforço extra em chapa de aço, devendo a chapa possuir abas e dobras de forma a impedir que algum projétil que atinja a maçaneta, em qualquer ângulo, possa trespassar o reforço e penetrar no habitáculo do veículo;

Deve ser mantido o funcionamento de abertura dos vidros, bem como sistema anti-esmagamento;

A proteção aplicada não deve impedir ou atrapalhar a movimentação vertical do vidro.

Dos Testes

Teste Balístico

A manta de aramida utilizada deve atender às características e desempenho do nível de proteção III-A. O corpo de prova a ser utilizado será uma porta idêntica à do veículo a ser blindado, com a aplicação de manta de aramida e reforços em aço conforme descrito neste Termo de Referência. Os disparos devem ser feitos com projéteis do tipo 9 mm FMJ (*full metal jacket*) com massa de 8,0 +/- 0,1g. e velocidade de 426 +/-15 m/s. A cada lote de mantas de aramida adquiridas pela empresa blindadora, o teste deverá ser

refeito e novo sistema de rastreamento aplicado, de forma a garantir o atendimento da especificação mínima do produto;

A Contratada também deverá fornecer para testes dois corpos de provas transparentes do mesmo material empregado nos para-brisas blindados (níveis III-A);

O Teste será realizado em instalações próprias para tal, em data e hora previamente acordados, e, em caso de reprovação, a empresa poderá refazer o teste, devendo, em ambos os casos, serem acompanhados pela Comissão de Fiscais do contrato.

Caso o local de teste seja fora do Estado do Rio de Janeiro, a Contratada arcará com todas as despesas relativas ao deslocamento e estada da Comissão de Fiscais do contrato;

O custo do teste correrá por conta da contratada;

A aprovação no Teste Balístico é condição indispensável para a aprovação do protótipo do veículo blindado;

Havendo falha no teste balístico, todo o lote produzido com o material aferido deve ser revisado, não sendo admitido acréscimo na blindagem já aplicada, devendo toda a peça ser substituída, sendo que este custo e aqueles oriundos da substituição serão de responsabilidade da CONTRATADA;

No caso da não disponibilidade de munição conforme a norma, a critério da Comissão, poderá ser utilizada munição nacional de mesmo calibre com características aproximadas a da referência.

A Comissão DA CONTRATANTE escolherá, aleatoriamente, nas amostras apresentadas, locais com proteção balística para serem atingidos por disparos, a fim de verificar o nível de proteção solicitado.

Teste de Estanqueidade

Deve ser efetuado teste de estanqueidade em todos os veículos, com cabine própria para sua verificação, aplicando sistema de irrigação que simule as condições de chuva de grande intensidade a serem enfrentadas pelo veículo durante sua operação normal, assegurando, assim, que não existam falhas na vedação do veículo em função da aplicação da proteção balística. A Contratada deverá emitir laudo sobre o teste realizado, entregando-o a Comissão Fiscalizadora.

Da Garantia da proteção balística

A empresa CONTRATADA deverá fornecer, junto aos objetos a serem adquiridos, documentos de certificação do fabricante de que está apta a assegurar em seu nome a garantia técnica, inclusive dos veículos com adaptações, de forma a manter o atendimento e solução de eventuais defeitos observados na utilização dos veículos, sendo que a garantia deverá ser total e sem ressalvas em relação às proteções balísticas aplicadas aos veículos, no prazo mínimo de:

05 (cinco) anos contra a delaminação dos vidros balísticos;

05 (cinco) anos para a proteção balística, incluindo mantas, chapas de aço, fixações, acabamentos, ruídos e outros problemas oriundos da instalação da proteção;

Os prazos de garantia começam a valer a partir do recebimento definitivo da viatura;

As eventuais falhas e defeitos apresentados pelos veículos, relacionadas à proteção balística, compreendendo substituições, ajustes e correções necessárias, devem ser atendidas dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias durante o período de garantia.

Demais condições a serem atendidas

A Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

Título de Registro emitido pelo Exército Brasileiro, autorizando a atividade de comércio de veículos automotor blindado (VAB) e/ou CR - Certificado de Registro, conforme Art. 1º da Portaria nº 94 - COLOG, de 16 de Agosto de 2019;

Título de Registro emitido pelo Exército Brasileiro, autorizando a atividade de Blindagem veicular e/ou CR - Certificado de Registro, conforme Art. 1º da Portaria nº 94 - COLOG, de 16 de Agosto de 2019, podendo ser de empresa contratada para este fim específico;

Projeto de blindagem contendo as peças a serem instaladas, relação dos materiais a serem empregados, com a respectiva marca, procedência, especificação, quantidade e forma de aplicação, peso original do veículo e peso final após a blindagem;

A apresentação de cópia autenticada dos respectivos RETEX – Relatórios Técnicos Experimentais do material utilizado na blindagem;

Todo o processo de blindagem do veículo (desmontagem, aplicação das blindagens e remontagem) deverá ser ilustrado, passo a passo, com fotos, de modo que se possa verificar, pela observação das fotos, exatamente qual foi a solução adotada para blindagem de cada ponto do veículo, processos de colocação e fixação dos materiais de blindagem, detalhes dos trechos de superposição de materiais (*overlaps*) e demais processos necessários para a blindagem.

ESPECIFICAÇÃO DOS TERMINAIS MÓVEIS PARA TODOS OS VEÍCULOS

Dos Terminais

Os terminais transeptores móveis a serem fornecidos com instalação e garantia, deverão ser do protocolo TETRA (*Terrestrial Trunked Radio*), na frequência de 380 MHz;

Os terminais e acessórios a serem adquiridos devem ser novos, nunca terem sido utilizados e não terem sido descontinuados, ou seja, devem constar na linha atual de comercialização e suporte do fabricante/CONTRATADA, e devidamente homologados junto à ANATEL;

Especificamente no que tange aos acessórios, peças e componentes, os mesmos deverão ser originais e homologados junto ao fabricante dos terminais;

Instalação inclusa no fornecimento se deve ao fato da mesma implicar na realização de intervenções elétricas e físicas no veículo. Para tanto, deverá contemplar a execução, pela CONTRATADA, de todas as atividades necessárias à montagem e ativação dos terminais adquiridos, em conformidade com as especificações do presente Termo de Referência;

Os equipamentos, componentes, peças, e acessórios deverão ser instalados e entregues juntamente com os veículos, em condições de operação, ou seja, devidamente configurados, e prontos para utilização;

A referida configuração deverá ser efetuada com base nos parâmetros técnicos definidos previamente junto à Administração, o que inclui, mas não se limita a programação e inserção das chaves de criptografia nos Terminais;

A CONTRATADA deverá fornecer à Administração uma listagem, em planilha eletrônica, identificando individualmente os transceptores fornecidos e os respectivos veículos cujos rádios e seus acessórios foram instalados, contendo, ao menos:

O fabricante e modelo do transceptor;

O número de série (*serial number*) de cada transceptor móvel;

O número -TEI (*Tetra Equipment Identity*) de cada transceptor móvel;

O número do chassi do veículo correspondente ao transceptor instalado;

O número da placa do veículo correspondente ao transceptor instalado; e

O prefixo da viatura, caso exista, correspondente ao transceptor instalado.

Da Garantia

A garantia, inclusa no fornecimento, deverá ser prestada a partir do recebimento dos equipamentos pela Administração, durante toda a vigência do contrato, abrangendo todos os equipamentos efetivamente adquiridos, conforme as especificações definidas abaixo:

Deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA um ponto focal de contato, através de acessotelefônico fixo preferencialmente gratuito;

Os chamados técnicos e solicitações de serviço só poderão ser considerados encerrados e solucionados, através de aceite da Administração, ou representantes especialmente designados pela mesma;

Ao final de cada intervenção, os representantes técnicos da CONTRATADA entregarão um relatório circunstanciado à Administração;

Quando for o caso de defeitos que necessitem a retirada de equipamento ou partes destes para a oficina da CONTRATADA, deverá ser efetuado o registro formal no relatório

referente ao serviço, em que conste parecer e análise técnica, descrição do equipamento retirado com número de série e inventário, assim como as ações que serão executadas, dentro do prazo previsto para restabelecimento das condições normais de funcionamento do sistema, para garantir a continuidade do serviço;

Será considerado defeituoso e passível de execução de manutenção corretiva, todo equipamento, componente, peça ou acessório que apresente qualquer avaria ou que não esteja apto e/ou configurado para a utilização de todo e qualquer serviço ou funcionalidade descrito no presente Termo de Referência;

O prazo para execução do reparo será, no máximo, de 30 (trinta) dias contabilizados a partir da data e hora informadas no referido chamado técnico;

O prazo de execução do reparo poderá ser prorrogado, em caráter excepcional, mediante solicitação da contratada, devidamente motivado, para avaliação da Administração;

Caso a CONTRATADA não apresente as devidas justificativas, apresente justificativas infundadas ou não consiga efetuar os reparos, esta deverá obrigatoriamente fornecer equipamentos novos na mesma quantidade dos equipamentos que não puderam ser reparados em modelo idêntico, similar ou superior devidamente aprovado pela Administração. Estes equipamentos, a partir desse momento, passarão a integrar o parque de equipamentos da Administração e, como tal, contemplados no regime de manutenção estabelecido.

Do Sistema de Programação e Gerência

A Secretaria de Estado de Polícia Militar já possui sistemas de programação de transceptores móveis adquiridos em tempo pretérito, que, dependendo do fabricante/modelo, podem servir para programar os equipamentos que vierem a ser fornecidos;

Caso os terminais adquiridos não sejam compatíveis com os sistemas de programação e gerência disponíveis no Estado do Rio de Janeiro, deverá ser fornecido o Sistema de Programação e Gerência de Terminais adequados, sem qualquer ônus adicional ao preço final ofertado;

O referido Sistema de Programação e Gerência deverá ser composto de todas as licenças de software, que deverão ser definitivas, sendo vedado o fornecimento de licenças temporárias, bem como, os equipamentos, os componentes, as peças e os acessórios necessários à sua correta operação;

Todos os servidores e clientes adquiridos deverão ser entregues juntamente com os veículos, devidamente instalados e configurados em equipamento (computador) previamente disponibilizado pela Administração, nos endereços indicados por esta;

O planejamento, os perfis de acesso e as demais configurações serão definidos pela Administração, por intermédio da SEPM, com o suporte da CONTRATADA, obrigatoriamente durante o prazo previsto para entrega;

Caso a Administração já disponha de Sistema de Programação e Gerência, em versão compatível com a ofertada, bem como das licenças e equipamentos necessários para a correta utilização com os Terminais adquiridos, por meio da presente contratação, deverá ser utilizado o Sistema previamente existente, cabendo a CONTRATADA o fornecimento dos acessórios e licenças adicionais, que venham a ser necessários;

Caso necessário, deverá ser ministrado treinamento para o Sistema de Programação e Gerência de Terminais para a formação de até 20 (vinte) servidores da Administração, a serem designados, que deverá contemplar dentre outros a operação, configuração e instalação do referido Sistema, sem qualquer ônus adicional ao preço final ofertado;

Todos os materiais, apostilas, mídias, equipamentos, instrumentos e demais materiais didáticos necessários deverão ser fornecidos, bem como os manuais de todos os equipamentos e/ou licenças de softwares efetivamente adquiridos.

Características do Terminal Móvel

Especificação técnica dos requisitos mínimos de forma a atender a demanda de fornecimento de rádios transeptores móveis de comunicação por radiofrequência, compatível com a infraestrutura Nebula da empresa Teltronic existente no Estado do Rio de Janeiro.

Especificações de RF

Protocolo TETRA;

Faixa de Frequência: 380-430 MHz, de acordo com resolução Anatel nº 665, de 02 de maio de 2016;

Separação TX/RX – 10 MHz, de acordo com a resolução Anatel nº 665, de 02 de maio de 2016;

Potência mínima nominal de 10 W; Antena de Ganho;

Canalização: 25 kHz;

Classe de Recepção: A, de acordo com as EN-301 489-1, EN-301 489-18 e EN-300 827; Sensibilidade Estática Mínima: -112 dBm; e

Sensibilidade Dinâmica Mínima: -103 dBm.

Especificações Elétricas

Potência de saída de Áudio mínima: 4 W;

Campo Eletromagnético: EN 301 489-1, EN 301 489-18 e EN 300 827; e

Segurança: EN 60950.

Especificações Físicas

Temperatura mínima de Operação: -20 a +55°C; Temperatura mínima de Armazenamento: -30 a +75°C; Umidade: ETSI 300 019-1-7;

Proteção a Intempérie: IP54; Teclado Completo: Sim;

Display – configuração mínima: 65k cores de 128 x 130 pixels; e Impacto e Vibração: ETSI 300 019-1-7.

Global Positioning System – GPS

Precisão (50% probabilidade): 5 m;

Protocolo LIP: ETSI EN 300 392-18-1;

Veículo Caracterizado;

Antena Omni Externa;

Cabeamento;

Caixa de alto-falante externa;

Microfone com PTT;

Adaptação elétrica;

Kit instalação painel frontal.

Requisitos Obrigatórios

Autenticação;

Suportar no mínimo 2500 grupos para TMO e/ou DMO;

Chamadas de voz Individual e Grupo;

Chamadas de voz Semiduplex e Duplex;

Chamadas Normais, Prioritárias ou de Emergência;

Comunicação em modo TMO;

Comunicação em modo DMO. Com no mínimo as seguintes funcionalidades:

Comunicação entre terminais (sem infraestrutura);

Funcionalidade DMO-REPEATER;

Funcionalidade DMO-GATEWAY.

Atribuição Dinâmica de Grupos (DGNA) (individual e de grupos);

Entrada Tardia (*Late Entry*);

Escuta Ambiente;

Identificação do Terminal Falante;

Chamada em espera;

Handover;

Classe de segurança de criptografia interface ar: Classe 1; Classe 2; e Classe 3;

Algoritmos suportados TEA1, TEA2 e TEA3;
Over The Air Re-keying (OTAR);
Mensagens de Estado Individuais ou de Grupo;
Envio rápido de mensagem de estado a um endereço pré-definido;
SDS tipo 1, 2, 3 ou 4 individuais ou de grupo;
Suporte de canais de controle secundários (SCCH);
Mensagens de estado e SDS simultâneos em uma chamada de voz: *Single slot packet data*;
Mensagens de estado pré-programáveis;
Scan de grupos com a possibilidade de:
Lista de grupos definida pelo usuário;
Lista de grupos pré-definida;
Teclado alfanumérico com possibilidade de programar funções especiais através do pressionamento de uma tecla do teclado alfanumérico (1..9,*,#);
Menu configurável;
Possibilidade de configurar o botão de volume para que realize mais de uma função;
Ativação de Modo Discreto (desabilitar todos os sons, iluminação da tela e leds) clicando em uma só tecla;
GPS integrado internamente no equipamento;
Idioma Português do Brasil;
Manual do usuário em Português do Brasil;
Homologado junto a ANATEL
Certificações de interoperabilidade TETRA;
Tetra Association TTR0001-01: Core: Registration;
Group Management; Groupcall;
Individual call;
Status messages;
Pré-emptivePriorityCall;
EmergencyCall;
CellRe-selection;
PSTN interconnect;

In Callsignalling;
Common SecondaryControlChannels;
BS FallbacOperation;
TransmitInhibit.
Tetra Association TTR001-02:SDS: SDS-TL.
Tetra Association TTR001-03:DGNA: Suport for individually addressed DGNA;
Suport for group addressed DGNA.
Tetra Association TTR001-04:Auth: SwMI initiated (non-mutual) Authentication; e
SwMI initiated Authentication made Mutual by MS.
Tetra Association TTR001-05:PD: Context Management;
Single Slot Packet Data.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Cliente: Secretaria de Estado de Polícia Militar

Endereço de entrega do material: _____ CEP: _____

Item	Detalhamento dos custos	Valor unitário (R\$)
1	(+) Valor do veículo com IPI e sem as adaptações	
2	(-) Valor do IPI	
3	(=) Valor do veículo com desconto do IPI e sem as adaptações	
4	(+) Valor dos equipamentos sinalizadores	
5	(+) Valor dos dispositivos acústicos	
6	(+) Valor do grafismo, pintura	
7	(+) Equipamentos de adaptação	
8	(+) Emplacamento	
9	(+) Transceptores Móveis	
10	(+) Valor da Blindagem	
11	(+) Outros (especificar)	
Valor total unitário		
Valor total da proposta		

Valor total da proposta por extenso:

Validade da Proposta:	Prazo de entrega do material:
_____ / _____ / _____	(Conforme Termo de Referência). _____ / _____ / _____

Dados para pagamento:

Banco:	Agência:	C/Corrente:
--------	----------	-------------

Carimbo Padronizado de CNPJ:

(Local e Data): _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável pela Empresa: _____

Observações: _____

Vendedor Responsável: _____

Telefone para contato: (____) _____

**ANEXO III
MAPA DE RISCOS**

RISCO 01			
PROBABILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
IMPACTO	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Id.	Dano		
1.	Licitação Deserta ou pouca probabilidade de negociação de valores acima do determinado na Pesquisa de Mercado.		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1.	Elaborar pesquisas de preços com orçamentos que representem a realidade atual utilizando meios confiáveis.	DLP, através da Subseção de Pesquisa de Mercado.	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1.	Com o valor já dentro da realidade de mercado, procede com a publicação do Pregão.	DLP, através da Subseção de Edital.	
RISCO 02			
PROBABILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
IMPACTO	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Id.	Dano		
1.	Requisito/especificação da contratação que possam ser erroneamente interpretados pelos licitantes.		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1.	Elaborar o Termo de Referência de forma clara e concisa e solicitar a visita técnica para maior conhecimento a cerca do objeto pretendido.	DLP, através da Subseção de Termo de Referência.	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1.	Analisar o Termo de Referência a fim de identificar pontos que possam ser questionados e, se for necessário, encaminhar para alteração por parte do requisitante.	Chefe da Subseção de Termo de Referência.	
RISCO 03			
PROBABILIDADE	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
IMPACTO	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Id.	Dano		
1.	Contratação interrompida por recursos jurídicos, cujo impacto se traduz no atraso no processo de aquisição.		

Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Realizar reuniões com a Assessoria Jurídica do Gabinete do Comando Geral para avaliar a realização da contratação.	DLP, através da Seção de Licitações.
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Reunir-se com a Assessoria Jurídica do Gabinete do Comando Geral para avaliar as ações e medidas que se devem tomar.	DLP, através da Seção de Licitações.
RISCO 04		
	PROBABILIDADE	() Baixa (X) Média () Alta
	IMPACTO	() Baixa () Média (X) Alta
Id.	Dano	
1.	Ausência de licitantes ou de propostas comerciais válidas, culminando na perda do processo licitatório.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Especificar o objeto pretendido com informações necessárias e objetivas.	Unidade solicitante.
2.	Exigir habilitação que possibilite a participação do maior número de concorrentes, sem comprometer a qualidade pretendida.	DLP, através da Seção de Licitações.
3.	Ampla divulgação do edital.	DLP, através da Subseção de Edital
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Reavaliação do Termo de Referência e Republicação do Edital.	DLP, através da Seção de Licitações.
RISCO 05		
	PROBABILIDADE	(X) Baixa () Média () Alta
	IMPACTO	() Baixa () Média (X) Alta
Id.	Dano	
1.	Estabelecer exigências contratuais as quais os licitantes não tenham condições de atender e que o Gestor e os Fiscais não tenham condições de fiscalizar, resultando na elevação do custo contratual e não aderência aos termos do edital, ou seja, resultando em licitação deserta ou fracassada.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Realizar reuniões com o Diretor Geral de Apoio Logístico e Diretor de Licitações e Projetos para avaliar as exigências contidas no Termo de Referência.	Chefe da Seção de Licitações e seus Chefes de Subseções.

2.	Revisar o Termo de Referência e especificar apenas exigências adequadas à realidade da SEPM.	Chefe da Subseção de Termo de Referência.
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Realizar reunião com o Diretor Geral de Apoio Logístico e o Diretor de Licitações e Projetos para avaliar e, se possível, revisar, as exigências contidas no Termo de Referência.	DLP, através da Seção de Licitações.